CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 781/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:".

- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

- Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

- Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 – Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

- Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

- Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.

- Lei Federal nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso.

- Lei Federal nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010 – Institui o Fundo Nacional do Idoso e autoriza deduzir do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas as doações efetuadas aos Fundos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso; e altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

- Lei Federal nº 12.864, de 24 de setembro de 2013 – Altera o caput do art. 3º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, incluindo a atividade física como fator determinante e condicionante da saúde.

- Lei Federal nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 – Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001.

- Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Matéria DSP 16218/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 04/11/2026 e juntado ao PL 781/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=773467.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Federal nº 13.535, de 15 de dezembro de 2017 – Altera o art. 25 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para garantir às pessoas idosas a oferta de cursos e programas de extensão pelas instituições de educação superior.

- Lei Federal nº 14.423, de 22 de julho de 2022 – Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente.

- Lei Federal nº 14.597, de 14 de junho de 2023 – Institui a Lei Geral do Esporte.

- Lei Federal nº 14.601, de 19 de junho de 2023 – Institui o Programa Bolsa Família; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a autorização para desconto em folha de pagamento, e a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e 14.342, de 18 de maio de 2022, e a Medida Provisória nº 1.155, de 1º de janeiro de 2023.

- Lei Estadual de São Paulo nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007 – Consolida a legislação relativa ao idoso.

- Lei Estadual de São Paulo nº 14.874, de 1º de outubro de 2012 – Altera a Lei nº 12.548, de 27 de fevereiro de 2007, que consolida a legislação relativa à pessoa idosa.

- Lei Estadual de São Paulo nº 18.368, de 15 de dezembro de 2025 – Dispõe sobre a execução e a organização da Política de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social no Estado de São Paulo, revoga a Lei nº 9.177, de 18 de outubro de 1995, e a Lei nº 13.242, de 8 de dezembro de 2008, e dá providências correlatas.

- Lei Municipal de São Paulo nº 11.242, de 24 de setembro de 1992 – Dispõe sobre o Grande Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

- Lei Municipal de São Paulo nº 12.270, de 19 de dezembro de 1996 – Cria o Abrigo para Idosos do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal de São Paulo nº 12.524, de 1º de dezembro de 1997 – Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal e o Fundo Municipal de Assistência Social.

- Lei Municipal de São Paulo nº 13.153, de 22 de junho de 2001 – Dispõe sobre a política pública de atenções de assistência social, sem fins lucrativos, operada através de convênios no âmbito do Município de São Paulo.

- Lei Municipal de São Paulo nº 13.642, de 8 de setembro de 2003 – Dispõe sobre notificação dos casos de violência contra o idoso e dá outras providências.

Matéria DSP 16218/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 04/11/2026 e juntado ao PL 781/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=773467.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal de São Paulo nº 13.834, de 27 de maio de 2004 – Institui a Política Municipal do Idoso e dá outras providências.

- Lei Municipal de São Paulo nº 14.727, de 15 de maio de 2008 – Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa “Movimentando a Terceira Idade” e dá outras providências.

- Lei Municipal de São Paulo nº 14.905, de 6 de fevereiro de 2009 – Cria o Programa de Envelhecimento Ativo e dá outras providências.

- Lei Municipal de São Paulo nº 15.679, de 21 de dezembro de 2012 – Cria o Fundo Municipal do Idoso – FMID e dá outras providências.

- Lei Municipal de São Paulo nº 15.738, de 9 de maio de 2013 – Dispõe sobre a democratização e participação ativa dos idosos em colaboração ao Grande Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências.

- Lei Municipal de São Paulo nº 15.809, de 14 de junho de 2013 – Institui o Programa Social Centro Dia do Idoso, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Lei Municipal de São Paulo nº 16.061, de 13 de agosto de 2014 – Institui o Programa Cuidador de Idosos no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal de São Paulo nº 16.831, de 6 de fevereiro de 2018 – Dispõe sobre o acesso a informações acerca dos programas sociais, políticas públicas ou equipamentos públicos destinados a idosos mantidos pelo Município de São Paulo.

- Lei Municipal de São Paulo nº 17.271, de 14 de janeiro de 2020 – Dispõe sobre a instituição do Programa Ativa Idade, destinado a promover a reinserção de idosos no mercado de trabalho.

- Lei Municipal de São Paulo nº 17.451, de 9 de setembro de 2020 – Dispõe sobre os Jogos Municipais dos Idosos – JOMI, a serem realizados anualmente, e que poderão funcionar como etapa classificatória para os Jogos Regionais do Idoso – JORI, e dá providências.

- Lei Municipal de São Paulo nº 17.452, de 9 de setembro de 2020 – Dispõe sobre o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa.

- Lei Municipal de São Paulo nº 17.629, de 20 de agosto de 2021 – Dispõe sobre a instituição do Programa Prática Esportiva para Idosos e dá outras providências.

Matéria DSP 16218/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 04/11/2026 e juntado ao PL 781/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=773467.

autuado por cintiacarrer em 04/11/2026 20:10:45.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal de São Paulo nº 17.691, de 19 de outubro de 2021 – Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento em Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, no âmbito do Município de São Paulo.

- Lei Municipal de São Paulo nº 17.898, de 11 de janeiro de 2023 – Dispõe sobre o Serviço de Recebimento de Denúncias de Violações de Direitos dos Idosos em âmbito municipal e dá outras providências.

- Lei Municipal de São Paulo nº 18.193, de 11 de dezembro de 2024 – Autoriza a instituição do Programa Educação Aberta para a Terceira Idade.

- Lei Municipal de São Paulo nº 18.381, de 7 de janeiro de 2026 – Autoriza a implantação do Programa Municipal de Alfabetização de Comunicação Digital da Pessoa Idosa do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal de São Paulo nº 18.385, de 7 de janeiro de 2026 – Dispõe sobre o Programa dos Cuidadores Públicos, destinado à capacitação e remuneração, pelo Poder Público, de pessoas residentes nas áreas periféricas da Capital para cuidar de pessoas idosas também residentes na periferia.

- Lei Municipal de São Paulo nº 18.406, de 15 de janeiro de 2026 – Altera a Lei nº 13.545, de 31 de março de 2003, para estabelecer novos critérios para o cálculo dos valores do auxílio pecuniário e substituir a nomenclatura “Programa Família Guardiã” por “Serviço Família Acolhedora”.

PL 795/2026 — Institui o Programa Municipal de Atividade Física para a Pessoa Idosa no Município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 515/2026 — Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa para Valorização de Iniciativas para a Pessoa Idosa – VAIdosos, destinado ao apoio financeiro a iniciativas culturais, esportivas, de lazer, convivência, inclusão digital e geração de renda voltadas à pessoa idosa; altera a Lei nº 15.679, de 21 de dezembro de 2012; e dá outras providências.

PL 90/2026 — Dispõe sobre a promoção da mentalidade NOLT (Nova Oportunidade de Longevidade Transformadora) no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 1526/2025 — Dispõe a respeito da validação das horas de atividades práticas oferecidas por estudantes de Educação Física nas Academias da Terceira Idade (ATIs) como horas complementares ou de estágio supervisionado, e dá outras providências.

Matéria DSP 16218/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 04/11/2026 e juntado ao PL 781/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=773467.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 1197/2025 — Institui o Programa de Atividade Física Orientada para a Pessoa Idosa em Espaços Públicos.

PL 1070/2025 — Cria o Programa "Praça Amiga do Idoso" no Município de São Paulo, com foco na promoção de acessibilidade, lazer, segurança e bem-estar da população idosa.

PL 652/2025 — Institui o Programa denominado “Lar Transcestral” de Acolhimento de Longa Permanência para Pessoas Idosas LGBTQIA+ no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 311/2024 — Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Vida Ativa SP destinado a conceder auxílio financeiro a idosos na forma que especifica

PL 762/2023 — Altera a Lei nº 13.834, de 27 de maio de 2004, para instituir o Projeto 60+ Longevidade Saudável no Município de São Paulo.

PL 533/2023 — Autoriza o Poder Executivo a realizar parcerias com as instituições de ensino público e privado, para a realização de atividades físicas nas praças, e espaços públicos para crianças, jovens, adultos e idosos.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 04 de novembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 16218/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 04/11/2026 e juntado ao PL 781/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=773467.